



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 18 6.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de julho de 2019**

Aos quinze dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Celso Silva (em substituição de Hugo Capote, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Paulo Jorge Martinho (em substituição de Adriano Dias Pedro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, Cristina Mão de Ferro (em substituição de José Cordas Barradas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ana Lopes (em substituição de Diogo Júlio Serra, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Pedro Meira, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva. -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e vinte minutos. Foi verificada a existência de quórum. Sendo aquela uma Assembleia extraordinária, lembrou aos membros presentes que não haveria período de intervenção do público, nem período antes da ordem do dia.

Referiu ainda que lhe tinha sido suscitada a possibilidade da realização daquela sessão da Assembleia Municipal enfermar de um vício de forma, o qual não tinha origem na convocatória da própria Assembleia Municipal mas adviria de uma falta de requisito, para o requerimento suscitado pela Câmara e uma vez que lhe tinha sido relatado que não constava da ordem do dia, aquando do edital e da sua convocatória, o requerimento para a realização da Assembleia Municipal extraordinária. Embora o requerimento lhe tivesse sido remetido o requerimento e a minuta da ata e admitindo que não constasse do edital da convocatória da reunião de Câmara, a realização



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

daquela reunião Assembleia poderia culminar numa nulidade dos pontos observados. Contudo, existia uma faculdade que advinha da convocatória daquela Assembleia Municipal, em que a sua fundamentação legal, remetida para o artigo vinte e oito, da lei setenta e cinco, de dois mil e treze, que era uma remissão genérica. Portanto, caso se entendesse que na falta dos pressupostos do requerimento pudesse ser feita fé para a nulidade daquela sessão da Assembleia, informou que existia uma validação do ato de convocação da Assembleia Municipal e postergada a hipótese de nulidade, disse assumir, enquanto presidente da Assembleia Municipal, nos termos do mesmo artigo e da mesma lei, o poder de convocatória da mesma.-----

### **ORDEM DO DIA:**

Maria do Rosário Narciso disse que o PCP/PEV pretendia, antes de começarem os trabalhos, retirar o ponto cinco da ordem de trabalhos, não porque o mesmo não estivesse na convocatória, mas porque havia irregularidades no agendamento. Acrescentou que no documento que lhes tinha sido remetido, constava da ordem de trabalhos e foi entregue aos vereadores, em suporte de papel, mas não foi possível discuti-lo porque não houve apresentação prévia. Portanto, o assunto não foi votado nem deliberado.

Daquele modo, os vereadores tomaram conhecimento do assunto mas não deliberaram sobre o mesmo, nem marcaram reunião de Câmara, para se poder remeter àquela Assembleia Municipal. Em conclusão, salientou que a Assembleia estaria a agendar um assunto da lavra exclusiva da presidente da autarquia, sem posição do órgão autárquico – Câmara Municipal e ao aceitarem ali o agendamento abriam um precedente grave e assumirem uma atitude desrespeitosa para com a Câmara. Posto aquilo, o seu grupo partidário, continuava a pedir a retirada do ponto da ordem de trabalhos.-----

A presidente da Câmara disse que aquele ponto não era para deliberar já. Na reunião de representantes tinha sido pedido para discutir o mesmo e, posteriormente, ser deliberado.-----

Maria do Rosário disse que o que tinha sido pedido na reunião de representantes tinha sido um assunto sobre a Fundação Robinson e não um ponto onde estava uma deliberação da Câmara, com uma proposta sobre a Fundação Robinson.-----

O presidente da mesa disse que, efetivamente, não existia nenhuma deliberação do executivo municipal e, à Assembleia Municipal, nada cabia deliberar. Como todos sabiam, a Assembleia só podia deliberar sobre deliberações do órgão executivo ou sobre propostas apresentadas pelos diversos grupos municipais. Parecia-lhe abusivo nomear-se proposta de estratégia. Recordou que o que sempre foi consensualizado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

entre todos os grupos municipais foi que seria preciso tempo para encetar uma discussão profícua sobre, não só a Fundação Robinson, como o espaço da antiga fábrica Robinson e o destino que o município tem para dar àquele inventário patrimonial, que constituía uma memória coletiva da cidade.

Salvo melhor opinião, a Assembleia tinha ali dois caminhos: por um lado, podiam retirar o ponto e não dar origem ao início da discussão ou, por outro lado, iniciavam uma discussão premente e que Portalegre desejava fazer.

Portanto, se a cidade assim o desejava, todos os membros, enquanto representantes dos eleitores e dos munícipes, também teriam de corresponder.

Por último, referiu que poderiam discutir ali o tema sem a pressão de terem de deliberar sobre o mesmo e, em conjunto, tentarem encontrar pontos de contacto sobre uma estratégia que não tinha de estar amarrada a uma proposta de deliberação. -----

Maria do Rosário Narciso continuava a achar que o tema não foi devidamente agendado e que deveria sair da ordem de trabalhos, além de que deveria haver uma proposta séria sobre o espaço Robinson e enviada atempadamente, para que todos pudessem dar o seu contributo. Tal não aconteceu e ninguém se pode pronunciar. -----

O presidente da mesa salientou que os grupos municipais podiam entender que não estariam ainda em condições de versar a sua opinião sobre o ponto em apreço.

O próprio, enquanto presidente da Assembleia Municipal, não estava em condições de fazer juízos de valor sobre aquela discussão.

Entendia que era relevante que, na ausência do tempo de apreciação do assunto em causa, pudessem assumir o compromisso de que não seria ali o fim de nada, mas sim o princípio de tudo. Ainda que não houvesse tempo, aquilo que assumia como compromisso, perante a Assembleia, era que, independentemente do que fosse discutido antes, na próxima sessão da Assembleia Municipal, voltariam à discussão daquela matéria porque não estavam em condições de encerrar uma discussão sobre a qual não havia documentação suficiente para os grupos municipais emitirem posição e porque também tinha de haver o espaço lógico, permitido pela democracia, para os grupos poderem apresentar os diversos pontos de vista. -----

Maria do Rosário disse que seria necessário garantir que a única coisa a ser feita naquela sessão era que na proposta apresentada pela presidente da autarquia e pela CLIP pudessem opinar sobre a mesma, sem que saísse nada de decisivo. Propôs ainda que fosse agendada outra reunião, possivelmente até no dia Robinson (dezassete de setembro), para ser feito um grande debate com a população, pois a Robinson era dos portalegrenses. Era preciso saber o que é que as pessoas, as associações e as forças vivas queriam. -----

Miguel Monteiro disse que era impossível que fosse à Assembleia Municipal, tanto naquele dia como nos próximos meses, qualquer proposta mais elaborada, sobre o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

futuro da Fundação Robinson, sem terem os tais elementos que já eram reivindicados há tanto tempo e que ainda não tinham, até à data. Portanto, a virtualidade do ponto era abrir-se a discussão e mantê-la em agenda, durante as próximas reuniões. Saliu que seria bom para todos que ao terem de tomar uma decisão importante e decisiva sobre a fundação em causa, tivessem todos os elementos em falta.-----

Ricardo Romão disse que havia ali uma maioria que pretendia discutir o ponto. Estranhou que a CDU tivesse contestado a inclusão do mesmo, quando na última reunião de representantes, foram quem sugeriu que houvesse uma assembleia sobre a Robinson no mês de julho. Portanto, a leitura que fazia era de que o executivo, na figura da presidente da autarquia, tomou a iniciativa de apresentar um documento, o qual poderia ser o início de uma discussão, em que seria possível ouvir a opinião dos grupos municipais sobre a questão, mesmo sem haver qualquer deliberação.-----

Joaquim Barbas disse concordar com o presidente da mesa e, como tal, não tinham condições para se fazer ali uma discussão séria sobre o assunto em causa. O PSD não iria participar na discussão.-----

O presidente da mesa disse que assumiria o compromisso de, em setembro, se poder realizar uma Assembleia Municipal com grande parte do tempo destinado a um possível esboço da estratégia para a Fundação Robinson.-----

### **1 - Adesão do Município de Portalegre à Associação Portuguesa dos Municípios do Vinho;**

- Deliberação da CMP de 26.06.2019 –

O vereador Armando Varela disse que, de acordo com os documentos remetidos e aprovados em reunião do executivo, foi delegada a intenção da Câmara aderir à Associação dos Municípios Portugueses do Vinho e à Associação das Rotas de Vinho de Portugal, a qual já contava com cerca de noventa municípios associados e pretende por em evidência a importância do vinho, enquanto produto estratégico para Portalegre.-----

Amândio Valente perguntou ao vereador Armando Varela se poderia explicitar qual a estratégia por detrás daquela adesão, porque das cidades e das vilas que têm acompanhado a “Rota dos Vinhos”, facilmente se concluiu que eram oportunidades fortes de valorização dos produtores locais, bem como de Investimento. Da mesma forma as cidades do vinho tinham grande protagonismo na comunicação social. Gostaria de saber se a estratégia apontava para oportunidades associadas à adesão, sem ser somente um ato administrativo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O vereador Armando Varela disse que os documentos remetidos tinham a ver com o plano de atividades da associação dos municípios portugueses do vinho, para o presente ano de dois mil e dezanove. Referiu que se Portalegre vier a integrar aquela associação passaria a ter uma voz mais ativa na matéria e, certamente, será considerada nas atividades para dois mil e vinte.

Acrescentou que, no passado dia três de julho, tinha decorrido uma ação de bench marketing, em Portalegre, com visita a alguns enoturismos do concelho e, claramente, houve uma intenção subjacente de poder preparar uma candidatura de Portalegre a cidade portuguesa do vinho, no ano dois mil e vinte e um, de forma a colocar em evidência aquilo que têm sido os investimentos que têm potenciado o vinho DOC de Portalegre, no Alentejo, o qual tinha mais-valias evidentes em relação a outros vinhos de Portugal. -----

Luís Carvalho disse que a CLIP achava a ideia muito interessante, pois todos sabiam que o Alto Alentejo era uma zona vitivinícola de excelência e todas as iniciativas para potenciar o recurso que era o vinho seriam bem-vindas se bem integradas numa estratégia mais ampla.

No entanto, gostariam de deixar alertas para o facto de muitos municípios entrarem naquela associação e acabarem por sair porque não sentiam que houvesse um valor acrescentado, por pertencerem à mesma. Por outro lado, o setor era muito competitivo e havia uma grande importância dada à diferenciação.

Mais referiu que havia ali um papel importante, em termos de articulação com a entidade regional de turismo e para estabelecer complementaridades das ações que estavam a ser desenvolvidas no âmbito da entidade regional do turismo e as que a associação poderia proporcionar, para rentabilizar os recursos existentes.

Por último, referiu que seria importante fazer-se uma avaliação anual da importância e das vantagens de se estar integrado nas duas associações, por forma a justificar que Portalegre se mantivesse naquela rota. -----

O presidente da mesa propôs que a discussão do ponto dois se fizesse em conjunto com a do ponto três. Disse ainda que gostaria de confrontar aquela Assembleia Municipal com uma realidade sobre a qual existia conhecimento público e que raramente era falada, que tinha a ver com a celebração do décimo oitavo aniversário do Museu da Tapeçaria de Portalegre. De facto, Portalegre tinha naquele objeto artístico a maior e melhor das expressões de arte contemporânea do país e ímpar no mundo. Havia pois necessidade de encontrar soluções de viabilização de uma expressão artística que só singrava com a continuidade do labor do artesanato e da tecelagem daquelas tapeçarias. Portanto, como presidente da Assembleia, sugeriu ao executivo municipal que, num futuro ponto do mesmo género, numa revisão ou alteração orçamental, se pudesse encontrar forma de constituir um fundo municipal para a encomenda e aquisição de novas tapeçarias que permitissem o continuado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

labor da manufatura das tapeçarias de Portalegre. Não bastava adquirir tapeçarias já existentes, mas garantir que a manufatura se preservasse ao longo dos tempos. -----

### **2 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Portalegre/2019;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –

### **3 - 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre /2019;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 -

A presidente da Câmara congratulou-se com o repto lançado pelo presidente daquela Assembleia. Mais disse que tinha estado em contacto com a Câmara Municipal de Castelo Branco, os quais também tinham um património rico nas manufaturas, tendo-lhes solicitado o protocolo para saber como é que mantinham a continuidade das peças e fazer com que o património e a mestria não se perdesse.

De seguida, fez uma introdução relativamente ao saldo de gerência de dois mil e dezoito.

Quanto à indústria e energia, salientou a qualificação da área de acolhimento empresarial da Av.ª Francisco Fino; no caso da iluminação era a transferência para a EDP, em que foi retirada a verba do orçamento, para se fazer alteração orçamental, para a rubrica dos Bombeiros voluntários de Portalegre.

Ao nível do comércio e turismo, apontou a criação e dinamização da rede de infraestruturas para o auto caravanismo, em que havia uma parte financiada e a outra do Município, que tinha de abrir a respetiva rubrica.

A nível de transferências entre administrações, no caso da administração autárquica, destacou os protocolos de delegação de competências, que tinham um valor de trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e um, que tinha a ver com o acréscimo de trinta por cento daquilo que era o protocolo de delegação de competências com as juntas de freguesia.-----

Miguel Monteiro, em relação às tapeçarias de Portalegre, disse que a proposta apresentada pelo presidente da Assembleia era altamente virtuosa e, claramente, uma solução a ser tida em conta. Por outro lado, lamentava que a Presidente da Câmara o tivesse, uma vez mais, desiludido quando comparou ali as tapeçarias de Portalegre com as colchas de Castelo Branco. Não era preciso ter ali "bebido" inspiração, pois as tapeçarias eram, por si só, demasiado inspiradoras para que os portalegrenses as conseguissem manter vivas e com uma manufatura saudável. -----

João Meira disse que o grupo municipal do PS gostaria de congratular pela forma como a presidente da autarquia e os vereadores tinham olhado para as críticas construtivas feitas na última sessão daquela Assembleia e em que lhes foi dito que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não passariam "cheques brancos" a ninguém e apenas estariam comprometidos com Portalegre e os portalegrenses. Naquele sentido, o seu grupo verificou que, efetivamente, a revisão orçamental cumpria dois desígnios da cidade, nomeadamente, a requalificação da piscina municipal dos Assentos e o investimento previsto na Av.<sup>a</sup> Francisco Fino. Contudo, não podiam concordar com a afirmação da presidente da Câmara ao querer cativar a revisão com o hipotético empréstimo posterior.

Mais referiu que detetaram na revisão um exercício de engenharia financeira que era concretizado, relativamente ao consumo de iluminação pública, onde poderia ter havido mais coragem política para incluírem a rubrica dos bombeiros, sem ter de se fazer uma alteração.

Por último, relativamente ao reforço de trinta por cento dos protocolos de competências, disse serem umas das bandeiras que o Partido Socialista tinha vindo a afirmar, para o reforço do apoio às juntas de freguesia.

Em conclusão, o seu grupo municipal lamentou a ausência de estratégia e disponibilidade, por parte da presidente da Câmara e do executivo, em salvaguardar todas as freguesias, nomeadamente no caso específico da Alagoa.-----

Henrique Santinho perguntou à presidente da Câmara se na transferência do reforço à rubrica para aquisição de imóveis tinha conhecimento de onde é que o valor iria ser investido. -----

João Vivas perguntou à presidente da Câmara se já tinha resposta acerca da questão da limpeza dos caminhos e da situação da Escola Primária da Alagoa. -----

A presidente da Câmara, em resposta às questões colocadas, disse que, relativamente à piscina dos Assentos, o montante envolvido na requalificação da mesma era cerca de um milhão de euros e que a Câmara não tinha capacidade para tal. Portanto, o valor não estava ali inscrito.

Disse ter assumido, em reunião de Câmara, que os duzentos e seis mil, setecentos e noventa e sete euros seriam alocado àquilo que a Câmara e a Assembleia quisessem, em comum acordo. Havia acordo naquele sentido e se na questão da Fundação Robinson fosse necessário resolver alguma coisa, seria lá colocado.

Relativamente à aquisição do imóvel para as associações dos Fortios, disse que também poderia sair dali o valor ou doutra rubrica. Acrescentou já ter encetado algumas conversações com o proprietário do espaço, para tentar perceber se os documentos estariam legalizados. No entanto, iria cumprir com o valor que ficou estipulado na reunião de Câmara e que tinha ficado lavrado em ata.

Relativamente às limpezas dos caminhos, disse que os sapadores estavam a cumprir o plano estipulado pelo CDOS e, atualmente, já não estavam sob a alçada da autarquia. Contudo, fazia parte do plano passarem também pela Alagoa. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente disse que também cabia à bancada da CDU elogiar o trabalho das tecedeiras das tapeçarias de Portalegre, bem como de todos os artistas que nelas trabalharam e desejou que todos pudessem ser dignos daquele trabalho de décadas. Em relação às grandes opções do plano e à revisão orçamental, perguntou se as aquisições de imobiliário tinham a ver com o espaço Robinson. Se sim, quais eram. Em relação à fábrica de inovação do Alto Alentejo, perguntou qual era a situação atual.

A presidente da Câmara disse que o montante deliberado e assumido em reunião de Câmara, ainda não estava definida a sua utilização e a verba estava em stand by, até que se definisse a estratégia para a Fundação.

Quanto à outra questão disse que tinha a ver com um projeto da Misericórdia de Portalegre, que foi apresentado e aceite na Câmara e na Assembleia e que tinha parte de contrapartida nacional.-----

João Meira perguntou à presidente da Câmara se os noventa e três mil euros, previstos para a piscina dos Assentos eram para abrir a rubrica e se teriam continuidade. Quanto às aquisições imobiliárias, disse que, além dos Fortios, havia necessidades semelhantes noutras freguesias, inclusivamente na cidade. Perguntou, inclusive, se a autarca iria cumprir o que disse na declaração de voto, acerca daquela mesma questão.

Em relação à junta da Alagoa, perguntou como estava o ponto da situação quanto ao protocolo de competências. -----

A presidente da Câmara informou que os noventa e três mil euros tinham a ver com uma candidatura ao BEI, que era a única parte que se conseguiu candidatar e seria para benefícios de bens municipais. Houve a elegibilidade, da parte energética, daquele valor, mas o montante total da requalificação da piscina rondava um milhão de euros. Portanto, aquilo não era a contrapartida nacional, mas sim a parte elegível, que estava na parte do financiamento definido. Acrescentou que não poderiam lançar a obra sem terem o resto do valor necessário e, por ora, a Câmara não teria possibilidade de o fazer sem ser através de um empréstimo.

Quanto à deliberação dos duzentos e seis mil euros, confirmava o que tinha ficado escrito e mantinha a palavra de não ser mexido. Se houvesse necessidade, fariam um reforço da rubrica para outras coisas.-----

Amândio Valente disse que o sentido de voto da sua bancada, em relação à revisão orçamental, acompanhava a do vereador da CDU, na reunião de executivo.-----

### **4 - Declaração de compromissos plurianuais e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse que estava em aberto um esclarecimento essencial, o qual deveria ser ali prestado, pelo vereador Nuno Iacção, acerca das delegações de competências e dos respetivos protocolos para as freguesias.

Relativamente à listagem atualizada ali apresentada, disse que a Câmara ainda não tinha feito cumprir a deliberação, de longa data, daquela Assembleia Municipal, o que considerou ser uma provocação. Lembrou que foi uma proposta da bancada do PS, mas, uma vez mais, a presidente da Câmara ainda não tinha dado cumprimento à mesma, após tanto tempo, e aquela listagem era do mesmo teor da que tinha originado a proposta.-----

Amândio Valente salientou que a existência de uma lista daquele género era, no mínimo, aborrecível. Na mesma, verificou que as dívidas aos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes se dividiam em vários campos: no campo temporal, pois havia dívidas de empresas que já nem existiam e dívidas que nunca iriam ser cobradas e, daquele modo, tornava-se numa lista de difícil análise. Destacou as dívidas do movimento associativo, como por exemplo as da Banda Euterpe ou do Rancho Cultural da Boavista, as quais lhe suscitavam algumas dúvidas. Havia ainda dívidas de outra Câmara Municipal, mais propriamente a do Crato e que tinham a ver com o problema de transporte de água, mas que poderia ter sido resolvido entre as duas autarquias. Perguntou se as dívidas da Banda e do Rancho se deviam a apoios da Câmara ao serem faturação dos SMAT àqueles.-----

A presidente da Câmara disse que as dívidas que faziam parte da lista em questão remontavam a dois mil e dois e, a maior parte, a dois mil e três, dois mil e quatro, etc. Todos os anos havia uma listagem enorme de dívidas e foi necessário perceber a origem das mesmas e até que ponto poderiam ser cobradas, ou não, passando a incobráveis. Efetivamente, o exercício era moroso mas era necessário saber se eram devidas a pedidos diretos aos SMAT ou à Câmara. Portanto, o trabalho de averiguação das referidas situações já estava a ser feito.-----

João Meira disse que a justificação dada pela presidente da Câmara foi a mesma de há um ano. Recordou ali que aquela listagem, sem qualquer alteração, já ali tinha ido em junho de dois mil e dezoito. Na altura, o grupo do PS manifestou-se surpreendido com a mesma e, no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, solicitaram uma limpeza da listagem, relativamente ao que seriam dívidas incobráveis e que houvesse um esclarecimento em relação a um conjunto de coletividades, associações e instituições de solidariedade social, que desenvolviam um trabalho de interesse municipal. A presidente ficou de dar ali, posteriormente, um esclarecimento e disse que os SMAT iriam emitir um processo de cada uma das dívidas. Contudo, a atual listagem não foi limpa e as entidades continuavam a ser apresentadas como sendo criminosas. Perguntavam, pois, quem é que tinha solicitado aquelas dívidas e ao que é que diziam respeito.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que o trabalho estava a ser feito. No entanto, a lista era enorme e com dívidas já antigas. Depois dos SMAT terminarem o procedimento, fariam chegar à Câmara a conclusão. -----

O vereador Nuno Lacão referiu que não era somente a questão da Alagoa que estava a ser analisada e quanto à transferência das competências, os serviços estavam a elaborar um trabalho de análise à situação existente e à proposta de lei que a mesma poderia ditar, não só para com o município mas também com as juntas de freguesia. Relativamente à questão do acordo de execução, que tinha sido renunciado com a junta da Alagoa, aquilo que os serviços tinham informado era que estava a ser analisada a reativação do mesmo, após a publicação da lei, e que não seria possível. Eventualmente, depois do resultado daquele estudo, haveria uma nova proposta, de acordo com a realidade de cada junta de freguesia. -----

Miguel Monteiro disse que tinham ficado ali a saber que na Câmara estava tudo em análise. No entanto, não se podiam esconder nas análises para a crueza dos números. Há algumas Assembleia Municipais atrás, perguntou à presidente da Câmara se sabia qual o valor que foi transferido para a freguesia da Alagoa e lembrou que disse à mesma que o valor era tão ridículo que se o dividissem por meses daria cerca de trezentos euros. Passado aquele tempo e tendo em conta que a última transferência tinha sido há catorze meses, dava agora a ridicularia de noventa euros por mês. Era lamentável e carecia, não de análise, mas sim de uma solução urgente que, por má fé, ainda não tinha sido implementada. -----

### **5 – Proposta de estratégia para a Fundação Robinson;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –

A presidente da Câmara disse que a única intenção daquele documento era gerar a discussão e ser também o pontapé de saída. Lembrou que eram acusados, constantemente, de não apresentarem qualquer tipo de estratégia. Aquela era uma estratégia, discutível e foi por isso que a apresentaram.

Leu um documento que dizia o que a seguir se transcreve:

“A fábrica das rolhas, nome pelo qual era conhecida em Portalegre, dos ingleses Robinson, era um elemento incontornável dos destinos da cidade, a partir da segunda metade do século XIX. O rol de edifícios, máquinas, turbinas, tubagens, caldeiras, histórias e memórias foram-se constituindo paulatinamente como um repositório até ao encerramento da fábrica, em dois mil e nove, após cerca de cento e setenta anos de funcionamento.

A doze de agosto de dois mil e treze, é instituída, por escritura pública, a Fundação Robinson, a vinte e nove de outubro de dois mil e quatro, é publicada uma escritura de alteração aos estatutos. É com a publicação dos estatutos, a onze de janeiro de dois



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mil e cinco que são estabelecidos os seus principais instituidores – Câmara Municipal de Portalegre e Sociedade Corticeira Robinson, SA, que são, neste caso, os instituidores e são definidas as suas áreas de intervenção e ação.

A Fundação Robinson é uma fundação pública, de direito privado, que tem por fim a prossecução de ação de ordem cultural, educativa, social e da ciência, e também atuar nas áreas do desporto e da filantropia.

Em dois mil e nove, foi declarada a insolvência de um dos instituidores: A Sociedade Corticeira Robinson, SA que apesar de, estatutariamente, ter assento nos órgãos sociais da Fundação, ou melhor no conselho de curadores e no conselho de administração, deixou de se fazer representar. O processo de insolvência desta empresa não se encontra concluído, até aos dias de hoje.

Em dois mil e doze, todo o conjunto recebe a classificação definitiva de conjunto de interesse público, na sequência do qual foi igualmente fixada uma zona especial de proteção.

A lei vinte e quatro, de dois mil e doze de nove de julho, aprova a lei quadro das fundações mas só em vinte e três de maio de dois mil e dezanove são registados os atuais estatutos à luz dessa normativa, publicados no portal da justiça em doze de junho e já enviados para a presidência do conselho de ministros.

Em caso de extinção da Fundação, de acordo com os estatutos, o património será entregue;

A - Sociedade Financeira Robinson, Bros, SA ou quem legalmente a suceder os bens por esta entregues, para integrar o património da Fundação;

B – à Câmara Municipal de Portalegre, para integrar o património do município de Portalegre, todos os outros demais bens da Fundação, designadamente os por este entregues, para integrar o património da Fundação.

Dos bens entregues, para integrar o património da Fundação, pela Sociedade Corticeira Robinson, SA constam bens móveis de muito e relevante valor patrimonial, que devem ser preservados em conjunto.”

A propósito do estado atual da Fundação Robinson, a presidente da Câmara disse que a degradação do conjunto edificado podia por em causa alguns dos valores patrimoniais existentes. Os novos estatutos, em conformidades com a lei quadro das fundações, obrigam à nomeação de novos órgãos sociais. A falta de receitas próprias e dificuldade legal de celebrar contratos com o fundador, Câmara Municipal de Portalegre, tem dificultado a sua autonomia financeira e, conseqüentemente, a possibilidade dos seus órgãos gestores de prosseguirem com os desígnios da mesma. Soluções que incluíssem a aquisição, por parte da Câmara Municipal de Portalegre, estiveram vedadas enquanto esta se encontrava com excesso de endividamento até fevereiro de dois mil e dezoito.

Salientou que o passivo da Fundação Robinson rondava cerca de um milhão de euros. A Fundação tinha atualmente nos seus quadros de pessoal três funcionárias.

Considerando o que representava aquele espaço, em termos de património para a cidade, para o concelho e para o país, a memória e a identidade histórica que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mesma carga e o seu valor patrimonial, urge encontrar uma solução para a preservação do mesmo. Naquele sentido, a proposta que ali se apresentava, era uma proposta aberta, para ser trabalhada e fundamentada, onde tinha de se reunir muita informação de suporte e muitos dados.

Portanto, teriam de decidir em consciência e com base em pressupostos sólidos, legalmente balizados e economicamente estáveis.

Relativamente àquele documento disse, em perspetiva, que podia ser algo diferente e, pelo menos, um caminho. Mais disse que, atualmente, estava a decorrer um programa – REVIVE – e os paços do Convento de São Francisco estava integrado no programa REVIVE, do Turismo de Portugal. O concurso foi lançado mas ficou deserto. O executivo da Câmara Municipal desenvolveu contactos com o Turismo de Portugal, Ministério da Defesa, Direção Geral do Património Cultural, Direção Regional da Cultura do Alentejo e alguns investidores interessados naquele investimento, para entenderem as razões de não terem surgido propostas. Percebeu-se que existia interesse expresso dos potenciais investidores e a abertura dos parceiros REVIVE, em alargar a zona do concurso ao Espaço Robinson, por forma a viabilizar as infraestruturas do património da Robinson. Acrescentou que os contactos realizados pelo executivo resultaram em declarações públicas de interesse no espaço. Pretendiam incluir no concurso a valorização da parte do próprio património arqueológico industrial, integrado no REVIVE, numa zona museológica.

Por outro lado também, referiu que o Fundo IESTAMU, após contactos com a Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior e o Instituto Politécnico de Portalegre foram realizadas diversas visitas ao espaço, com representantes do Fundo IESTAMU, com vista à integração de uma parte do espaço Robinson no Fundo Nacional de Reabilitação do edifício para uma residência de estudantes do ensino superior.

Da análise do espaço e do próprio Fundo IESTAMU resultou a possibilidade de, para além da residência de estudantes, realizar-se a recuperação para espaço museológico, de espaço para associações, como por exemplo para a Escola de Artes do Norte Alentejano ou ainda a requalificação de parte da zona verde exterior. Portanto, a perspetiva era preservar o espólio arqueológico, material e imaterial, permitindo o acesso ao mesmo e incentivando o seu estado e investigação científica, como objetivo principal; criar condições para o encerramento do processo de insolvência da Sociedade Corticeira Robinson, SA, de forma a poderem extinguir a Fundação num futuro mais próximo; reduzir também os custos fixos da Fundação; proceder a uma reestruturação funcional, analisando os vários cenários possíveis de integração noutra instituição, ou de resolução definitiva. Avaliar ainda a possibilidade da Câmara adquirir alguns imóveis da Fundação Robinson para viabilizar o REVIVE e o Fundo IESTAMU e o objetivo principal da Fundação que era a parte museológica e a preservação daquele património. Daquele modo, a Câmara teria de diligenciar na avaliação dos imóveis, por um perito credenciado pela CMVM, e assim também, a Câmara em acordo com a Fundação teria de realizar um conjunto de diligências.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Disse, inclusive, que a sugestão seria a Fundação manter-se apenas com os órgãos sociais, constante nos estatutos, sem remunerações, para gestão corrente e com custos fixos obrigatórios e inerentes à sua manutenção e ao seu funcionamento, bem como aproveitar tudo o que eram candidaturas, já aprovadas, como por exemplo a que estava em curso referente à requalificação das chaminés.-----

O vereador João Cardoso disse que a planta que estava em exibição, mostrava a divisão do espaço Robinson em duas zonas. A zona A estava junto ao Convento de São Francisco e era aquela que anteviam como hipótese de incluir o processo REVIVE na componente hoteleira. Foram feitas visitas com a Direção Geral do Património Cultural e com o Turismo de Portugal e perceberam que havia viabilidade, sem retirar o potencial de arquitetura industrial que o espaço tinha, mas sim adaptá-lo para a parte hoteleira.

Por outro lado, a zona B era a parte do edifício principal da Robinson e seria uma componente museológica, na área da arqueologia industrial e que seria integrada no REVIVE, no sentido de ser a mesma unidade a fazer a recuperação, colocando-a acessível para ser visitada.

A componente C seria o espaço onde era antigamente a parte da cortiça branca e seria adaptada através do fundo IESTAMU, o qual permitia que cerca de quarenta e nove por cento da intervenção fosse feita em áreas de não residência de estudantes. Portanto, iriam integrar a parte de residência de estudantes, a parte das associações, mantendo inclusive um espaço de visita (espaço dos fornos).

Mais referiu que a zona D também seria mantida com a C, para uma zona exterior verde, A zona E seria a zona dos estacionamento e dos auditórios e zona F vocacionada para a parte das novas tecnologias. Por último a zona G era para manter a Escola de Hotelaria e Turismo.-----

Maria do Rosário Narciso disse que a existência de uma proposta estratégica para a Fábrica da Rolha pressuponha darem-se passos firmes e concretos na direção da sua preservação e da sua valorização, indo ao encontro da vontade expressa pelos portalegrenses, através da entusiasta adesão das iniciativas promovidas pelos “Verdes” e pela Assembleia da República. No entanto, o documento ali apresentado, mostrava uma vez mais, a postura existente, relativamente à Fábrica Robinson: desleixe, abandono e instrumentalização ao sabor dos interesses da Câmara Municipal de Portalegre. Aquela proposta da presidente da Câmara era uma tentativa de estraçalhar o todo, que era o espaço em causa, para o ceder a interesses privados, ao abrigo do programa REVIVE e do Fundo IESTAMU, para assim se livrar de uma Fundação cujas contas, depois de apuradas, poderiam trazer-lhes alguns dissabores. Realçou que a proposta não era mais do que uma tentativa de limpeza do passado negro da Fundação Robinson, para o qual muitos contribuíram, mas do qual ninguém queria sofrer consequências.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em conclusão, disse que para se ter ali uma proposta séria teriam de começar ao contrário: primeiro a musealização do espaço, respeitando a preservação do património imóvel e também do móvel, de forma a poder reconstruir a história e a cadeia técnica da Fábrica da Rolha e entender o funcionamento. Posteriormente, é que se decidia se, no espaço, havia enquadramento para as cedências ao REVIVE e ao fundo IESTAMU. Lembrou que existiam outros documentos estratégicos, elaborados para o espaço, como por exemplo o plano de ordenamento do Souto Moura ou o estudo encomendado por António Ventura e todos poderiam funcionar como um ponto de partida para um debate de elaboração de um plano estratégico de intervenção, discutido com a população e as entidades vivas, que nunca pusesse em causa a musealização do espaço, nem a resolução número setenta de dois mil e dezoito, da Assembleia da República. O debate poderia ser agendado para o Dia Robinson.

O seu grupo político não entendia como é que se redigia uma proposta sobre o espaço em causa, sem se recorrer a dados reais e concretos. Todos ali sabiam que os estatutos continuavam sem estar publicados no portal da justiça. Também falavam de obras prementes e dos pagamentos a funcionários, mas todos sabiam que os funcionários deixariam de receber por falta de um conselho de administração, que pudesse assinar os vencimentos, assim como nenhuma obra poderia ser posta em prática, sem decisão do mesmo.

Apesar de falarem há muito em extinguir-se a Fundação Robinson, mas nada se dizia quanto à auditoria solicitada pela Assembleia Municipal de Portalegre. Também falavam em proceder à requalificação das chaminés, porque a candidatura já estava aprovada mas, no entanto, sabia-se que o conselho de administração não podia efetuar quaisquer requisições. Portanto, antes de se tomarem outras decisões,urgia publicar os estatutos, atuar pelo que os mesmos norteavam e nomear um conselho de administração que os respeite. Lembrou que alguns elementos do anterior conselho de administração derrubaram um edifício classificado e a Fundação recebeu uma multa de cerca de dezassete mil euros, por parte da DGCP, perguntou que é que era o responsável pelo pagamento da mesma. Gostaria ainda de saber o resultado do auto que a Câmara municipal abriu.

Por fim, salientou que o seu grupo político tudo faria para que o que ficasse decidido para o espaço Robinson respeitasse o que a Fábrica da Rolha representava para a vida da população de Portalegre, desde o século dezanove até aos dias de hoje e não hesitariam em ir até às últimas consequências, pois a população estava do seu lado e não queria ver a destruição do espaço Robinson. -----

O presidente da mesa perguntou aos membros se havia mais pedidos para intervir. Não havendo, deu por concluído o ponto e seria agendado, novamente, conforme disse anteriormente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **1 - Adesão do Município de Portalegre à Associação Portuguesa dos Municípios do Vinho;**

- Deliberação da CMP de 26.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

#### **2 - 2 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Portalegre/2019;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, os votos contra do PCP/PEV, os votos favoráveis do PSD e da CLIP, aprovar o ponto. -----

#### **3 - 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre /2019;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, os votos contra do PCP/PEV, os votos favoráveis do PSD e da CLIP, aprovar o ponto. -----

#### **4 - Declaração de compromissos plurianuais e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 10.07.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e os votos favoráveis dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

### **Aprovação em minuta:**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar.

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 6.<sup>a</sup> sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 23H00, do dia quinze de julho do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----

*(escrita conforme o novo acordo ortográfico)*